

Retirada de radares apresenta riscos aos usuários da BR-393

Desde o fim da concessão da K-Infra, precariedade da estrada aumentou, diz PRF

Por Leandra Lima

A retirada de 12 medidores de velocidade (radares) da BR-393, após o fim do contrato de concessão com a empresa K-Infra, agravou as condições de segurança viária e prejudicou a fiscalização na rodovia. O alerta foi feito pela representante da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Marina Leiko Higa, em audiência pública realizada na última terça-feira (14), na Câmara dos Deputados, em Brasília.

O debate sobre a rodovia que liga Minas Gerais ao Rio de Janeiro foi uma iniciativa do deputado federal Bebeto (PP) e contou com a presença dos deputados Lindbergh Farias (PT) e Ricardo Abrão (União Brasil), além do secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro.

Segundo Marina, a ausência dos equipamentos impacta diretamente o índice de acidentes. “Causou um grande aumento de sinistros envolvendo velocidade incompatível. A retirada da balança e dos radares, de fato, agravou a segurança”, afirmou em sessão plenária.

A rodovia, que corta municípios de cobertura do Correio Petropolitano e do Sul Fluminense, como Volta Redonda, Barra do Pirai, Vassouras, Três Rios e Paraíba do Sul, é alvo de constantes denúncias por parte de gestores e parlamentares, devido à precariedade da via, falta de infraestrutura e alto risco de acidentes.

Um dos relatos sobre as condições da rodovia é do prefeito de Três Rios, Jonas Dico (Podemos), que contou já ter sido vítima de um acidente por falta de manutenção. Segundo ele, durante uma viagem em família para Aparecida do Norte, o pneu do carro estourou ao passar por um buraco na pista.

Preocupação

Na audiência, os prefeitos das cidades mencionadas destacaram a importância da estrada para o desenvolvimento da região. Eles apontaram que as fragilidades estruturais e a deficiência na manu-



Divulgação/PRF

Tragédia na BR-393 deixa duas pessoas mortas



Divulgação/PRF

Falta de manutenção também foi alvo de críticas

tenção comprometem o planejamento econômico e logístico dos municípios.

Via perigosa

De acordo com a PRF, mesmo antes da concessão, a rodovia já era considerada perigosa. Os trechos com maior incidência de acidentes ficam em Paraíba do Sul e Três Rios, além de registros frequentes em Volta Redonda, Barra do Pirai e Vassouras. Buracos, falhas na sinalização e problemas estruturais aumentam os riscos para os usuários, com des-

taque para colisões frontais causadas por desvios na pista.

O Correio Sul Fluminense mostrou, em março, a percepção da população que transita pelo local. Apesar de intervenções de manutenção e ações de “tapa-buracos” em pontos críticos, realizadas pelo Ministério dos Transportes e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) em janeiro, ainda havia diversos problemas ao longo do trecho.

Na ocasião, a reportagem encontrou mais de 20 buracos e

áreas deterioradas entre Volta Redonda e Barra do Pirai.

Contrato rescindido

O contrato com a empresa foi rescindido no dia 2 de junho de 2025, após o Governo Federal comprovar descumprimento contratual, além de identificar falhas estruturais, atrasos em obras e deficiência na manutenção da via. No dia seguinte, a PRF foi acionada para dar apoio no fechamento das praças de pedágio e atuar na segurança.

Após o encerramento, parte da rodovia passou a ser administrada diretamente pelo DNIT, sem cobrança de tarifa.

Olhar da ANTT

O representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Matheus Rodero, informou que, à época da transferência do contrato da empresa Acciona para a K-Infra, houve análise da agência, conforme previsto, e não foram identificados problemas, com parecer favorável ao processo.

Ele ressaltou ainda que, atualmente, a ANTT não possui competência sobre o trecho, já que, com a caducidade, a gestão

foi integralmente transferida ao DNIT. A expectativa, segundo ele, é pela realização de uma nova licitação e, caso o processo avance, a agência voltará a atuar na gestão do contrato de concessão.

DNIT explica

O representante do DNIT, Braulio Fernando Lucena, destacou que diversos parlamentares e prefeitos já haviam contextualizado o histórico da rodovia, marcado por anos de deficiência na manutenção, ainda sob responsabilidade da concessionária.

Segundo ele, um dos principais fatores que dificultaram uma transição mais tranquila foi o longo processo de caducidade, que se arrastou por anos sem previsão exata de conclusão.

Braulio afirmou que o DNIT pretende intensificar os serviços nos próximos meses e informou que os contratos somam cerca de R\$ 30 milhões, sendo aproximadamente R\$ 12 a R\$ 13 milhões destinados especificamente a intervenções no pavimento.

Apesar disso, reconheceu que a execução até o momento foi baixa, entre R\$ 1 e R\$ 2 milhões até março, o que ajuda a explicar as condições atuais da rodovia. A superintendência regional, acrescentou, tem cobrado maior agilidade das empresas contratadas.

Em relação à fiscalização de peso, explicou que o estado do Rio de Janeiro conta atualmente com uma balança móvel, utilizada de forma itinerante entre diferentes rodovias federais. Segundo ele, à época da concessão, não era possível prever a necessidade de uma segunda balança exclusiva para o trecho, embora hoje essa demanda seja reconhecida.

Sobre os radares, informou que há previsão de formalização de um termo aditivo contratual no mês de maio para viabilizar a reinstalação dos equipamentos.

O representante finalizou apontando que a expectativa é de que, em até 60 dias após a assinatura, os radares estejam novamente em funcionamento, para tentar reduzir os acidentes na rodovia.

Paralisação do sistema em Teresópolis

A Prefeitura de Teresópolis informou que a migração do Sistema de Processo Eletrônico (IDOC) para o FlowDocs (Gestão Eletrônica de Documentos e Processos)

iniciada na última sexta-feira (17), retornará ao funcionamento no dia 27 de abril.

De acordo com o município, considerando o grande volume de dados a serem

transferidos para o novo sistema, a Prefeitura definiu pelo período em que haverá dois feriados e dois pontos facultativos. Na prática, serão apenas dois dias úteis de

paralisação parcial on-line do sistema, ressaltando que o sistema tributário continuará funcionando normalmente para emissão de guias.

O Governo Municipal res-

saltou ainda que a migração para o novo sistema faz parte do programa que tem o objetivo de garantir maior eficiência e modernização dos serviços públicos.